

A literatura marginal e a tradição da literatura: o prefácio-manifesto de Ferréz, “Terrorismo Literário”

Luciano Barbosa Justino

Recebido 18, jul. 2007 / Aprovado 27, set. 2007

Resumo

Este texto tem como objetivo observar, no prefácio-manifesto de Ferréz, “Terrorismo literário”, como a literatura marginal, articulada a um forte sentido de pertença de quem escreve a partir de uma determinada posição, o morador da periferia e da favela da grande cidade brasileira, inventa um novo estatuto da literatura bem como estabelece uma maneira singular, de natureza étnica e política, de lidar com a tradição literária.

Palavras-chave: *Literatura marginal. Tradição. Identidade. Pertença.*

Inserida no debate sobre o pós-modernismo, a literatura tem sido pressionada a rever alguns de seus fundamentos. Tanto questões imanentes, como o debate sobre os gêneros literários como gêneros do discurso, sobre as formas da poesia nos meios eletrônicos e sobre os novos estatutos semióticos do romance contemporâneo, por exemplo, quanto questões que dizem respeito ao campo literário como espaço de saber social e a respeito de suas relações com as formas hegemônicas do poder político e com as elites intelectuais e econômicas estão postas na mesa.

A ascensão dos estudos culturais dentro dos estudos literários criou uma expansão que vem acompanhada de uma profunda crise. Tal ambigüidade, dor e delícia dos profissionais da literatura, tem gerado duas espécies de pesquisadores: de um lado, os que não se interessam pelas propriedades imanentes do texto, objetivam apreender os conteúdos mais pelas verdades ou pelas configurações ideológicas que enunciam do que por sua configuração estética e não raro dão a sensação de que as obras literárias acabam sempre por dizer a mesma coisa, aquela procurada pelo pesquisador; por outro, uma defesa apaixonada, quando não intolerante, da literatura como espaço do saber diferenciado, acima e além da contingência histórica. Harold Bloom (1995, p. 25-49), representante quase caricato desta segunda tendência, chamou os culturalistas de “escola do ressentimento”. Os mais acalorados questionam até a pertinência e a existência da literatura nas próximas décadas e, na esteira de Michel Foucault (2001, p. 137-174), dizem que a literatura não tem mais que dois séculos de existência efetiva e coincide com a sociedade burguesa moderna etc. Outros levantam suas armas para enunciar que a literatura é “imorrível”; não é difícil encontrar em nossa época estes novos quaresmas que já não defendem as “raízes nacionais”, como o herói de Lima Barreto, mas a literatura por si mesma.

Enfim, é na tensão entre os estudos culturais e os estudos de poética que quero situar o problema da tradição da literatura na contemporaneidade na medida em que um diálogo fecundo entre culturalistas e teóricos da literatura parece ainda não ter se dado de forma a produzir uma releitura verdadeiramente crítica da tradição literária. As duas faces da moeda ora oscilam entre a negação pura e simples dos “grandes autores”, em busca da literatura de gays, mulheres, índios, negros etc., ora torcem o nariz para as aberturas, sobretudo naquilo que pode ser chamado de uma política literária, em defesa da tradição como espaço do sagrado.

Com o intuito de evitar o erro dos binarismos excessivos e infrutíferos, que acabam dizendo mais sobre os atores da contenda do que sobre o próprio objeto de análise e de disputa, e notando a necessidade de articular os estudos de poética aos estudos culturais naquilo que eles têm de mais fecundo, parto da hipótese teórico-metodológica de que os estudos literários

no Brasil não podem dissociar-se do debate sobre a identidade nacional e sobre suas rupturas e novas configurações. Antonio Candido, em um texto bastante conhecido e citado, chegou a dizer que "diferentemente do que sucede em outros países, a literatura tem sido aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito" (CANDIDO, 2000, p. 119). De outra perspectiva, Fabio Lucas sugeriu algo análogo: "os sinais da identidade gravam-se na sua expressão mais intensiva e duradoura que é a literatura" (LUCAS, 2002, p. 28). Lúcia Helena (2000), se referindo à obra de José de Alencar, chamou-a de "pedagogia da vontade de ser nação":

Uma pedagogia da vontade de ser nação em que, ao contrário de vítimas sacrificiais, constroem personagens suficientes e necessariamente rasas para que possam carregar, sem desequilíbrio maior uma instabilidade fundadora: personagens nos quais e através dos quais se pode recordar e esquecer, enquanto formas libertadoras de identificação nacional, a memória da História, para reconstruí-la na fábula de um texto cuja vocação fundamental é parecer que re-inaugura, no tempo imemorial da lenda, a comunidade imaginada possível para uma sociedade contraditória e não-harmônica, não orgânica, não liberal. (HELENA, 2000, p. 90)

Embora não se possa mais dizer, em tempos de audiovisual, que a literatura "é o fenômeno central da vida do espírito", a tradição literária brasileira está umbilicalmente ligada à identidade nacional como construída pelo Estado-nação e o questionamento da tradição empreendido pelos culturalistas se deve sobretudo às novas demandas de identidade não totalizadoras, de base étnica, de classe, sexualidade e região. Se a identidade construída pelo Estado-nação é monopolista e "monológica", só uma visada plural, um esfacelamento positivo desta identidade, será capaz de dar conta das múltiplas facetas do nacional. Esta hipótese me parece fundamental para que se consiga observar a pluralidade da produção literária contemporânea no Brasil à luz da leitura da tradição, visto ser ela capaz de ajudar na compreensão tanto destas novas demandas que se efetivam sob a forma da escrita quanto da necessidade de discutir uma tradição coletiva que não pode ser descartada pura e simplesmente como se fosse coisa de um passado morto e que não nos pertence. Os novos estatutos da literatura reenviam para uma nova construção de memória coletiva a partir de novos agentes, novas tradições, e a necessidade de outro olhar sobre as velhas.

Para situar minha posição quanto à necessidade de releitura da tradição, tomo como texto norteador o prefácio-manifesto de Ferréz ao livro que reúne autores da periferia das grandes cidades brasileiras, intitulado "Terrorismo literário" (FERRÉZ, 2005, p. 9-14). "Terrosismo literário" coloca de maneira contundente a relação entre um lugar de pertença, a favela e a "perifa", e a

posição de quem escreve quanto ao público consumidor da literatura e a desigualdade na distribuição dos bens culturais e na sua hierarquização. Neste sentido, na medida em que reconfigura a própria noção de literatura e suas práticas, o texto de Ferréz, contém um posicionamento sobre a tradição literária.

Ao contrário do bandeirante que avançou com as mãos sujas de sangue sobre nosso território e arrancou a fé verdadeira, doutrinando nossos antepassados índios, e ao contrário dos senhores das casas-grandes que escravizaram nossos irmãos africanos e tentaram dominar e apagar toda a cultura de um povo massacrado mas não derrotado. Uma coisa é certa, queimaram nossos documentos, mentiram sobre nossa história, mataram nossos ancestrais. Outra coisa também é certa: mentirão no futuro, esconderão e queimarão tudo o que prove que um dia a periferia fez arte. [...] Mas estamos na área, e já somos vários, e estamos lutando pelo espaço para que no futuro os autores do gueto sejam também lembrados e eternizados. Neste primeiro ato, mostramos as várias faces da caneta que se manifesta na favela, pra representar o grito do verdadeiro povo brasileiro. (FERRÉZ, 2005, p. 8)

Quero crer que só uma abordagem que leve em conta tanto as novas demandas de tradição que o Prefácio-manifesto propõe de modo contundente, sobretudo no que diz respeito à posição do escritor em relação a sua memória coletiva, bem como a sua escrita e a seu público, quanto as conquistas da teoria literária e da poética, enquanto ciência da literatura, pode lançar novas luzes sobre a tradição da literatura no Brasil e seus relações com os diversos grupos que compõem a nação e hoje têm a literatura como objeto de disputa. Para minimizar os riscos do conteudismo e a improdutividade dos estudos literários “puros” encantados com a “obra-prima”, é preciso unir a cultura às propriedades semióticas da literatura.

Se é um princípio elementar da história das invenções humanas que todo novo “meio” lança nova luz sobre o anterior, este ensaio tenta observar como o prefácio-manifesto dialoga, rompe e sustém a tradição da literatura no mesmo ato em que se propõe “arrombá-la”. Neste sentido, a Literatura marginal inventa um outro consumo que é uma outra “produtividade da tradição” (Cf. CERTEAU, 1994), bem como de seus pressupostos de elaboração, arquivamento e circulação, o que ajuda a compreender as polêmicas contemporâneas em torno dos novos estatutos do texto literário no chamado “pós-modernismo”.

O próprio percurso que o projeto da Literatura marginal perfaz, organizado e compilado por Ferréz, que vai da escrita na comunidade, passando por uma revista de circulação nacional com fortes conotações contra-hegemônica, como é *Caros Amigos*, até se transformar em um livro publicado por uma grande editora, é aferidor de que a questão que se coloca aqui é não exclusivamente literária e/ou estética. Qualquer critério

de valoração da obra situado no plano estritamente literário ou estético não poderá apreender o valor que o projeto da *Literatura marginal* atribui a si mesmo. Contudo, um percurso analítico que descarte pelo menos dois séculos de poética literária e pesquisas em literatura será puro diletantismo empobrecedor.

Assim, parece evidente que o Prefácio-manifesto de Ferréz negocia uma cidadania cultural pela literatura, com implicações não exclusivamente culturais ou literárias, mas de natureza política e social e que exigem uma definição alargada de cultura e da literatura dentro dela. Marilena Chauí propõe quatro perspectivas para a definição de cidadania cultural que ajudam na compreensão das demandas abertas por *Terrorismo literário*:

- 1) Uma definição alargada da cultura, que não a identificasse com as belas artes, mas a apanhasse em seu miolo antropológico de elaboração coletiva e socialmente diferenciada de símbolos, valores, idéias, objetos, práticas e comportamentos pelos quais uma sociedade internamente dividida, e sob hegemonia de uma classe social, define para si mesma as relações com o espaço, o tempo, a natureza e os humanos;
- 2) uma definição política da cultura pelo prisma democrático e, portanto, como direito de todos os cidadãos, sem privilégios e sem exclusões;
- 3) uma definição conceitual da cultura como trabalho da criação: trabalho da sensibilidade, da imaginação e da inteligência na criação das obras de arte; trabalho de reflexão, da memória e da crítica na criação de obras de pensamento. *Trabalho* no sentido dialético de negação das condições e dos significados imediatos da experiência por meio de práticas e descobertas de novas significações e da abertura do tempo para o novo, cuja primeira expressão é a obra de arte ou a obra de pensamento enraizadas na mudança do que está dado e cristalizado;
- 4) uma definição dos sujeitos sociais como sujeitos históricos, articulando o trabalho cultural e o trabalho da memória social, particularmente como combate à memória social una, indivisa, linear e contínua, e como afirmação das contradições, das lutas e dos conflitos que constituem a história de uma sociedade. (CHAUI, 2006, p. 72)

A cidadania cultural em seus quatro eixos – antropológico, político, conceitual e histórico-social – consiste num debate a respeito do próprio valor “literatura” bem como numa redefinição de seus agentes de construção de hegemonia. A noção de tradição literária precisa ser ampliada para abarcar um objeto agora em franca expansão disseminadora, o que significa um

objeto capaz de inventar novas tradições e de propor uma reinvenção de antigas.

Se toda tradição é em certo sentido “inventada”, como sugeriu Eric Hobsbawm (1997, p. 9), a nossa relação com os clássicos precisa ser problematizada, eles devem voltar a causar em nós um estranhamento produtivo, que tanto permite descobrir seus substratos profundos, ideológicos, de classe, étnicos, de valor etc., e ao mesmo tempo seja capaz de alargá-los para dar conta da diversidade, “das contradições, das lutas e dos conflitos que constituem a história de uma sociedade” e que fundamenta a apreensão de *trabalho* criativo humano, além de questionar critérios de hierarquização e valor cultural. Uma releitura da tradição no Brasil tem que substituir o singular pelo plural, pois num país multiétnico e intercultural só é possível falar de tradições, aquelas incluídas e subalternizadas na própria tradição hegemônica, o passado dos vencedores, para lembrar Walter Benjamin, e aquelas soterradas, as tradições-tabus, “a cultura de um povo massacrado mas não derrotado”, nas palavras de Ferréz.

Neste sentido, melhor que descartar o cânone, um outro nome para a tradição hegemônica, nacional e internacional, é lê-lo sob novo ângulo, procurando outras coisas, buscando encontrar aquilo que ele não quis conter e representar. Este é um sentido forte de reler. E encontrar este vazio, este relampejar dos mortos em tempo de perigo iminente (Cf. BENJAMIN, 1994). Pensar na tradição como um espaço saturado, inclusive por uma falta que se insinua e toma corpo.

Das expansões da memória

A expansão da literatura brasileira contemporânea se situa, grosso modo, em dois grandes eixos: um para dentro da literatura (verticalização) e outro para fora (horizontalização). O primeiro aponta para o patrimônio da literatura depois de, no mínimo, dois séculos de dominância da escrita e do livro no ocidente, em que ela se transformou no “paradigma estético ideologicamente dominante” (JAMESON, 1996, p. 92), a expressão cultural de maior tradição no ocidente. O outro eixo diz respeito ao papel da literatura na própria sociedade enquanto discurso construtor de uma identidade coletiva e de sentidos de pertença, bem como, no caso do Manifesto-prefácio de Ferréz, a crítica a esta mesma identidade.

As duas disseminações são fruto do tumultuado e fecundo processo que vai dos primeiros posicionamentos do marginal romântico até a fundação moderna da poética por Roman Jakobson e seu grupo de cientistas-poetas. Um campo tornado autônomo, com seus agentes de circulação, escritores famosos, livreiros e livrarias, leitores fiéis e combativos, pesquisadores da arte e da estética, se dissemina a tal ponto que a própria literatura passa

a ser, em certo momento e sob certo aspecto, o inimigo número um de si mesma, as relações entre o texto literário e a poesia sonora demonstram cabalmente isto. A busca, fundamental na poesia sonora, de estágios pré-fonéticos e pós-verbais aliados à alta tecnologia de som e a experimentos de vanguarda do teatro e da música concreta demonstram que o caminho percorrido pela literatura se adensa de tal forma que a noção de escrita literária passou a ser questionada dentro da própria literatura. Os experimentos da poesia concreta e visual embaralham e refundam os conceitos do que seja sonoro, visual, verbal, bem como, o que parece mais importante, as relações indissociáveis que mantêm entre si. O que dizer das complexas teias que a narrativa contemporânea constrói exigindo um leitor altamente aparelhado, conhecedor das formas de narrar da modernidade e de seus textos fundadores, como a Clarice Lispector de *Água viva* e o Osman Lins do belíssimo *Avalovara* e sua tensão constante com a tradição da literatura?

Do outro lado da mesma moeda, a democratização relativa do acesso à escrita, ao ensino médio e à Universidade no Brasil a partir da abertura política, meados dos anos 80, satura a homogeneidade do valor literário e a idéia de canonicidade se abre para um relativismo no mínimo multiplicador e de várias faces. O campo unificado e construído primeiramente por um patriarcado rural e posteriormente por uma burguesia urbana toma a forma de um caleidoscópio não de estilos ou de experimentos, mas sobretudo de grupos sociais pressionando de diversos modos e posições a escritura literária: favelados, gays, índios, mulheres pescadoras, rappers, operários, desempregados, camponeses.

Lugar por excelência das tradições modernas, a literatura é um "discurso constituinte" e implica um "valor-literatura". Para Dominique Maingueneau (2006, p. 60-64) discursos constituintes são "discursos que se propõem como discursos de Origem, validados por uma cena de enunciação que autoriza a si mesma" e precisam "elaborar um dispositivo em que a atividade enunciativa integre um modo de dizer, um modo de circulação de enunciados e um certo tipo de relacionamento entre os homens". Sobre o "valor-literatura", Pascale Casanova, em *A república mundial das letras* (2002), argumenta que

Valéry acha possível a análise de um valor específico que só teria cotação nesse "grande mercado dos negócios humanos", avaliável segundo normas próprias do universo cultural, sem medida comum com a "economia econômica", mas cujo reconhecimento seria indício certo da existência de um espaço, jamais denominado como tal, universo intelectual, onde se organizariam intercâmbios específicos. A economia literária seria, portanto, abrigada por um "mercado", para retomar os termos de Valéry, isto é, um espaço onde circularia e se per-

mutaria o único valor reconhecido por todos os participantes: o valor literário. (CASANOVA, 2002, p. 28)

E Antoine Compagnon, em um capítulo de título sugestivo, *Que fim levou nossos amores?*:

Identificar a literatura com o valor literário (os grandes escritores) é, ao mesmo tempo, negar (de fato e de direito) o valor do resto dos romances, dramas e poemas, e, de modo mais geral, de outros gêneros de verso e prosa. Todo julgamento de valor repousa num atestado de exclusão. Dizer que um texto literário subentende sempre que um outro não é. O estreitamento institucional da literatura no século XIX ignora que, para aquele que lê, o que ele lê é sempre literatura, seja Proust ou uma fotonovela, e negligencia a complexidade dos níveis de literatura (como há níveis de língua) numa sociedade. (2001, p. 33)

Pierre Bourdieu, que nos ajudou a observar a literatura a partir de uma outra dimensão, afirma que

As categorias utilizadas para perceber e apreciar a obra de arte estão duplamente ligadas ao contexto histórico: associadas a um universo social situado e datado, elas são objeto de usos também eles marcados socialmente pela posição social dos utilizadores que envolvem, nas opções estéticas por elas permitidas, as atitudes constitutivas de seus *habitus*. (2000, p. 293)

O sociólogo francês chama *habitus* a uma “postura” que é tanto metafísica quanto prática. Aplicada à literatura e à arte, permite demonstrar o quanto a prática e o pensamento sobre a literatura estão imbuídos de uma espécie de mito fundador e uma atitude perante a vida e a linguagem, ligados a certos papéis sociais, lentamente construídos ao longo de dois séculos: a tradição literária e o cânone, que se funda numa autonomia e independência, postulada quase total, entre os valores da literatura e da arte e os valores da vida social.

As categorias da percepção, ingenuamente consideradas como universais e eternas, que os amadores de arte de nossas sociedades aplicam à obra de arte, são categorias históricas, das quais é preciso reconstituir a filogênese, pela história social da invenção da disposição “pura” e da competência artísticas, e a ontogênese, pela análise diferencial da aquisição dessa disposição e dessa competência. (BOURDIEU, 2002, p. 348)

“Reconstituir a filogênese do campo literário pela história social da invenção da disposição pura”. A Literatura marginal excede e ao mesmo tempo não alcança, excede por não alcançar, pode-se dizer, o valor em literatura, e parece não ter isso muita importância, visto o manifesto assinado por Ferréz ser intitulado, não à toa, “Terrorismo literário”. O texto negocia de maneira tão tensa e claramente desigual com o valor literatura, que a negociação assume a forma ambígua do ataque, “terrorista”, e da vontade de participar, de assumir para si o valor literário.

A horizontalização aponta para um outro uso da literatura. Ao contrário da busca pela obra singular e de ruptura estética, fundamento do modernismo, o que estas escritas postulam é outra coisa. São textos "fáticos", enviam mensagens imediatamente para o interlocutor, que não flutua, assume uma identidade de relação, como opositor ou parceiro do mesmo: "boa leitura, e muita paz se você merecê-la, senão, bem vinda à guerra" (FERRÉZ, 2005, p. 13). Na medida em que *Terrorismo literário* demarca com clareza um espaço de pertença, a "função poética" assume uma dimensão política imediata. Tal dimensão, ao postular o resgate, a retirada do seqüestro, de espaços coletivos de memória e a construção de uma nova tradição que consiga dar conta do caráter multidimensional da história, no caso específico da história brasileira, conecta a literatura aos movimentos sociais, ou melhor, questiona o individualismo do gênio para edificar um passado coletivo cuja pluralidade é proporcional às muitas demandas que carrega.

Em outro lugar (JUSTINO, 2007, p. 13-28) me detive na facticidade da Literatura marginal como um todo; por ora, quero me deter no Prefácio-manifesto de Ferréz, observando-o à luz das três características básicas que Manuel Castells disse possuir todo movimento social:

Creio que seja apropriado incluí-los [os movimentos sociais] em categorias nos termos da tipologia clássica de Alain Touraine, que define movimento social de acordo com três princípios: a *identidade* do movimento, o *adversário* do movimento e a visão ou modelo social do movimento, que aqui denomino meta societal. Em minha adaptação (que acredito estar coerente com a teoria de Touraine), *identidade* refere-se à autodefinição do movimento, sobre o que ele é, e em nome de quem se pronuncia. *Adversário* refere-se ao principal inimigo do movimento, conforme expressamente declarado pelo próprio movimento. *Meta* societal refere-se à visão do movimento sobre o tipo de ordem ou organização social que almeja no horizonte histórico da ação coletiva que promove. (CASTELLS, 2001, p. 95)

A identidade permite ao grupo se autodefinir e a autodefinição se dá como construção de uma tradição coletiva que remete à construção de um passado comum, neste caso um passado de exclusão e diferença. Pode-se dizer que a idéia de identidade aqui condensa as duas temporalidades, do presente como consciência de posicionamento e do tempo passado enquanto história comum que dá coesão ao grupo, aquilo que faz dele um movimento social. Sem a construção de uma identidade estratégica, a meta societal não pode ser formulada nem a delimitação do adversário que a impede. Assim, a construção da identidade nos movimentos sociais funciona como contra-hegemonia, pois implica na pluralização da tradição congelada pela hegemonia da

história dos vencedores. Ela arranca a tradição do conformismo (BENJAMIN, 1994, p. 224) e a obriga a sair da esfera do Um.

Por hipótese, situo na posição que o escritor ocupa não apenas no campo literário, mas na sociedade, ou melhor, na relação entre a escrita, seus gêneros e suportes, e a posição de quem escreve, um caminho instigante para observar em que medida a tradição da literatura se mantém, enquanto valor não de todo “insignificante”, visto ser colocado a todo momento, e sofre um ataque demolidor, único capaz de incluir os novos agentes e suas metas.

Por outro lado, os movimentos sociais possuem um dinamismo, inclusive em seus poderes dirigentes, que não pode ser aceito no mesmo grau por outras instituições, como a instituição literária, a não ser a custa da relativização de seus valores, de seus critérios e da autoridade de seus agentes de validação (DOWNING, 2002, p. 55). A interdependência dialética e não hierárquica que os movimentos sociais estabelecem entre a esfera da cultura e das relações econômicas, entre a super e a infraestrutura, para falar como o marxismo clássico, a faz diferir quanto ao modo de produção, de circulação e de consumo dos seus equivalentes em literatura. Daí que para avaliar a que se propõe a Literatura marginal são necessários novos parâmetros de aferição, quiçá um novo método de abordagem literária, para dar conta de uma escrita que nasce de um outro lugar e se propõe algo um tanto diverso, pelo menos em seus aspectos mais importantes, do que comumente se chama de literatura. O critério político, inclusive com reivindicações próprias do direito alternativo, é tão importante quanto o critério estético e/ou literário. Pode-se dizer (para espanto dos literatos) que a Literatura marginal, como proposta por Ferréz em parceria com a Revista Caros Amigos, se insere como ação democratizante ao monopólio do campo literário e, sobretudo, como inserção da literatura nos espaços abertos do direito alternativo e da cidadania cultural, cujo objetivo maior é a refundação da tradição em tradições múltiplas e democráticas.

Senão vejamos, comparativamente, trechos do prefácio de Ferréz e de fragmentos da “Elegia para o cânone” (1995), de Harold Bloom, que podemos considerar um representante e um defensor apaixonado da tradição da literatura. Bloom, num quase manifesto, inserido num livro claramente anglocêntrico, mas com momentos de brilhantes reflexões críticas sobre a literatura, afirma, dentre outras “preciosidades”, que

A crítica cultural é mais uma triste ciência social, mas a crítica literária, como uma arte, sempre foi e sempre será um fenômeno elitista. Foi um erro acreditar que a crítica literária podia tornar-se uma base para a educação democrática ou para a melhoria da sociedade.

O valor estético pode ser reconhecido ou experimentado, mas não pode ser transmitido aos incapazes de apreender suas sensações e percepções. Brigar por ele é sempre um erro.

Exorto uma obstinada resistência, cuja única meta é preservar a poesia tão plena e puramente quanto possível.

De Píndaro até hoje, o escritor que combate pela canonicidade pode lutar por uma classe social, como fez Píndaro pelos aristocratas, mas basicamente todo escritor ambicioso luta por si mesmo, e muitas vezes trairá ou esquecerá sua classe para promover seus próprios interesses, que se centram inteiramente na *individualização*. (grifo do autor)

O movimento de dentro da tradição não pode ser ideológico nem colocar-se a serviço de quaisquer objetivos sociais, por mais moralmente admiráveis que sejam. A gente só entra no cânone pela força poética, que se constitui basicamente de um amálgama: domínio da linguagem figurativa, originalidade, poder cognitivo, conhecimento, dicção exuberante.

Ler a serviço de qualquer ideologia é, em minha opinião, não ler de modo algum. A recepção da força estética nos possibilita aprender a falar a nós mesmos e a suportar a nós mesmos. A verdadeira utilidade de Shakespeare ou Cervantes, de Homero ou Dante, de Chaucer ou Rabelais, é aumentar nosso próprio eu crescente. (grifo do autor)

Para cada Shelley ou Brecht há uma dezena de poetas ainda mais poderosos que gravitam naturalmente para o partido das classes dominantes em qualquer sociedade.

Estamos destruindo todos os padrões intelectuais e estéticos nas humanidades e ciências sociais, em nome da justiça social. Nossas instituições mostram má fé no seguinte: não se impõe quota alguma a neurocirurgiões ou matemáticos. O que foi desvalorizado foi o ensino enquanto tal, como se a erudição fosse irrelevante nos campos do julgamento e do erro de julgamento.

Sem Shakespeare, não há cânone, porque sem Shakespeare não há eus reconhecíveis em nós, quem quer que sejamos. Devemos a Shakespeare não apenas nossa representação da cognição, mas muito de nossa capacidade de cognição. (BLOOM, 1995, p. 25-49)

Em *Terrorismo literário*, lê-se:

Literatura de rua com sentido, sim, com um princípio, sim, e com um ideal, sim, trazer melhoras para o povo que constrói esse país, mas não recebe sua parte.

Somos mais, somos aquele que faz a cultura, falem que não somos marginais, nos tirem o pouco que sobrou, até o nome, já não escolhemos o sobrenome, deixamos para os donos da casa-grande escolher por nós, deixamos eles marcarem nossas

peles, por que teríamos espaço para um movimento literário? Sabe duma coisa, o mais louco é que não precisamos de sua legitimação, porque não batemos na porta para alguém abrir, nós arrombamos a porta e entramos.

Estamos na rua loco, estamos na favela, no campo, no bar, nos viadutos, e somos marginais mas antes somos literatura, e isso vocês podem negar, podem fechar os olhos, virar as costas, mas, como já disse, continuaremos aqui, assim como o muro social invisível que divide este país.

Jogando contra a massificação que domina e aliena cada vez mais os assim chamados por eles de “excluídos sociais” e para nos certificar de que o povo da periferia/favela/gueto tenha sua colocação na história, e que não fique mais quinhentos anos jogado no limbo cultural de um país que tem nojo de sua própria cultura, a literatura marginal se faz presente para representar a cultura de um povo, composto por minorias, mas em seu todo uma maioria.

Mas estamos na área, e já somos vários, estamos lutando pelo espaço para que no futuro os autores do gueto sejam também lembrados e eternizados, mostramos as várias faces da caneta que se faz presente na favela, e pra representar o grito do verdadeiro povo brasileiro, nada mais que os autênticos.

Hoje não somos uma literatura menor, nem nos deixamos taxar assim, somos uma literatura maior, feita por maiorias, numa linguagem maior, pois temos as raízes e as mantemos.

Cansei de ouvir:

- Mas o que cês tão fazendo é separar a literatura, a do gueto e a do centro.

E nunca cansarei de responder:

- o barato já ta separado há muito tempo, só que do lado de cá ninguém deu um gritão, ninguém chegou com a nossa parte, foi feito todo um mundo de teses e de estudos do lado de lá, e do cá mal terminamos o ensino dito básico.

Boa leitura, e muita paz se você merecê-la, senão, bem-vindo à guerra. (FERRÉZ, 2005, p. 9-13)

A “guerra literária”, que é também cultural e política, implícita em Bloom e explícita em Ferréz, torna patente o fosso que separa as duas visões, as duas práticas, as duas funções, enfim, as duas tradições da literatura que nada mais são que duas memórias coletivas diversas senão antagônicas. *Terreorismo literário* esfacela o ângulo fechado do objeto literatura. Aos valores de individualidade, originalidade, universalidade, atemporalidade, implícitos nos argumentos de Bloom, Ferréz contrapõe um lugar, a favela, o gueto, a periferia. Ao valor estético, põe em cena

valores de natureza étnica, identitária, de emancipação. Uma tradição "poética" é contraposta a uma tradição cotidiana em que a escrita assume todas as conotações da oralidade. *Terrorismo literário* quer "entrar no cânone" por uma outra espécie de força que não a "força poética" de Bloom.

Se o ato terrorista é a violência produzida por meu oponente e por meu inimigo, sendo o terrorista sempre o outro que ameaça minha integridade, neste caso, ao contrário do debate sobre o terrorismo nas relações internacionais, o epíteto é de auto-atribuição: o terrorista não é o outro, sou eu mesmo. Claro está que a singularidade de uma tal atitude se deve em parte aos riscos sociais menores, pelo menos a curto prazo, do terrorismo na literatura do que na relações internacionais. Contudo, a auto-atribuição é também a demarcação de um espaço social, diferente, para não dizer opositor, do espaço da tradição literária e de sua função política e de memória coletiva.

Dominique Maingueneau usou o termo "paratopia" para designar o caráter problemático da posição do escritor em literatura, "uma negociação difícil entre o lugar e o não-lugar, uma localização parasitária, que vive da própria impossibilidade de se estabilizar" (2001, p. 78), e que consiste na não estabilidade do escritor, que possui um "lugar", mas não um "território", uma estabilidade e uma segurança na ordem, pois é sua não-estabilidade, seu não pertencimento a um espaço claramente demarcado, condição *sine que non* para produzir "obras primas". Se a literatura é uma espécie de não-lugar, estando o escritor da grande literatura acima e além de sua classe social, como sugere Bloom, no prefácio de Ferréz não se separam escrita e posição de quem escreve, pois em "Terrorismo literário" é justamente o território que permitiu a produção da "obra"; a obra não tem razão de ser se não posicionar ou demarcar o território: o gueto, a favela, a periferia. A marginalidade neste caso, a paratopia, não é estética, é política e social. Trata-se de uma outra modalidade de paratopia. Porém, ao contrário do lugar a que se refere Maingueneau, o campo propriamente literário, o território aqui só é fundante porque é problemático e não literário. É território de exclusão, onde não há o que "recordar", mas o que conquistar. A própria recordação é uma refundação.

Na mesma medida em que demarca seu próprio espaço de ação, o terrorista demarca seu inimigo: "vocês". Os agentes do campo literário? Os leitores de literatura erudita? A classe dominante? Uma hegemonia cultural? A própria literatura?

Há que se notar, por fim, a utopia de fundo, a meta societal de que fala Castells. A auto-legitimação demolidora não apaga um apego àquilo que se quer destruir ou "arrombar", não se trata de uma negação pura e simples, mas de uma negação afirmativa, que reconhece o valor-literatura e a tradição literária. A violência contra a tradição da literatura se dá como projeto

de inclusão nela. Em termos semióticos, a constante oscilação entre a linguagem de rua e a linguagem da literatura, entre a gíria e os rituais da norma culta, demonstram cabalmente isto. Há uma utopia do reconhecimento. Nas palavras de Zygmum Bauman,

O reconhecimento de tal direito é, isso sim, um convite para um diálogo no curso do qual os méritos e deméritos da diferença em questão possam ser discutidos e (esperemos) acordados, e assim difere radicalmente do fundamentalismo universalista que se recusa a reconhecer a pluralidade de formas que a humanidade possa assumir. (2002, p. 74)

Terrorismo literário transforma a literatura num espaço de luta política contestatória em que sobressaem os interesses coletivos e de pertença comunitária em tudo opostos aos valores literários da personalidade, da autoria, da originalidade etc. A literatura se transforma numa arena em que diversos grupos situados em diferentes lugares da distribuição do patrimônio cultural e do direito à literatura disputam tanto a manutenção de suas tradições quanto a reinvenção da memória coletiva nacional e individual. *Terrorismo literário* exige que a tradição reconheça “a pluralidade de formas” que a literatura contemporânea configura.

Abstract

This paper aims to investigate the “Literacy terrorism” in Ferréz’s manifest-preface as the side literature related to a strong domain sense on the part of those who write from a certain position – the slum dweller in a big brazilian city who creates a new literature rule and sets a particular style to deal with the literacy tradicion.

Keywords: *Tradition. “Literacy terrorism”. Identity.*

Referências

- BAUMAN, Zygmum. Direito ao reconhecimento, direito à redistribuição. In: _____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003. p. 69-81.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-239.
- BLOOM, Harold. Uma elegia para o cânone. In: _____. *O cânone ocidental*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995. p. 25-49.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 431 p.

- _____. *Gênese histórica de uma estética pura*. 3. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 101-126.
- CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. 436 p.
- CASTELLS, Manuel. A outra face da terra: movimentos sociais contra a nova ordem global. In: _____. *O poder da identidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p. 93-140.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. 351 p.
- CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. 148 p.
- COMPAGNON, Antoine. Que fim levou nossos amores? In: _____. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003. p. 11-46.
- DOWNING, John D. H. Movimentos sociais, esfera pública, redes. In: _____. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: SENAC, 2002. p. 55-72.
- FERRÉZ (Org.). *Literatura Marginal: talentos da escrita periférica*. Rio de Janeiro: Agir, 2005. p. 9-14.
- FOUCAULT, Michel. Linguagem e literatura. In: MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. p. 137-174.
- HELENA, Lucia. Identidade e nação: memória e esquecimento em Alencar. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (Org.). *Discurso, memória e identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000. p. 82-91.
- HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM; Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9-25.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996. 431 p.
- JUSTINO, Luciano Barbosa. Gênero e marginalidade na literatura contemporânea. In: SILVA, Antonio de Pádua Dias da. *Literatura e lingüística hoje: teoria, análise e prática*. João Pessoa: EDUEPB, 2007. p. 13-28.
- LUCAS, Fábio. Gênese da identidade cultural do Brasil. In: _____. *Expressões da identidade brasileira*. São Paulo: Educ, 2002. p. 27-57.
- MAINGUENEAU, Dominique. A paratopia do escritor. In: _____. *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 27-43.